

## 1 **Ata da Assembleia de Criação do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos** 2 **dos Agrotóxicos**

3 Ao décimo oitavo dia do mês de março de 2016, às 14h, na sede do Ministério Público do  
4 Estado do Tocantins, o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio  
5 Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma), Dr. José Maria da Silva  
6 Junior, compondo a mesa de trabalhos com a presença do Coordenador do Fórum  
7 Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Procurador Regional do Trabalho,  
8 Dr. Pedro Luiz G. Serafim da Silva; do Procurador da República no Tocantins; Dr. Alvaro  
9 Lotufo Manzano, da Procuradora do Trabalho da 10ª Região, Dra. Lilian Vilar Dantas  
10 Barbosa e demais presentes constantes da lista de presença em anexo, deu início à  
11 Assembleia de Criação do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos  
12 Agrotóxicos. O presidente dos trabalhos, Dr. José Maria, iniciou fazendo a leitura do nome  
13 das entidades convidadas inicialmente para compor o Fórum, solicitando sua  
14 manifestação pelos representantes presentes, quanto ao interesse de adesão à iniciativa  
15 dos Ministérios Públicos. Dos representantes presentes, quando chamado a se  
16 manifestar, o superintendente do Ibama no Tocantins, o Senhor Flávio Silveira, disse que  
17 o Ibama tem papel importante no tema agrotóxico no registro de produtos, na sede em  
18 Brasília e na fiscalização no Tocantins, mas que, no entanto, quem possui atribuição para  
19 assinar o termo de adesão é a presidência do órgão em Brasília, à qual já havia sido  
20 encaminhado o Termo de Adesão e minuta do regimento interno, para análise. O Senhor  
21 Bruno Borges, técnico do Ibama, acrescentou que o Ibama trabalha com controle  
22 ambiental e é o responsável pela gestão do Cadastro Técnico Federal, que congrega  
23 produtores de agrotóxicos, usuários, enfim, toda a cadeia de agrotóxicos tem a  
24 obrigatoriedade de se inscrever no Cadastro Técnico Federal. Convidada a se manifestar,  
25 a Funai não possuía representante presente na Assembleia. O representante da  
26 Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Senhor  
27 José Nilton Soares, explicou que precisava discutir alguns itens da minuta de Regimento  
28 Interno antes de manifestar-se sobre a adesão. Disse ainda também que, como o Fórum  
29 é permanente, há que se ter um esforço especial dos membros que o compõem, uma vez  
30 que “algumas ações vão demandar dispêndio de recursos financeiros e muitas vezes o  
31 órgão não tem esse recurso. Temos que discutir o regimento interno e verificar se é  
32 iniciativa dos procuradores ou da instituição Ministério Público”. Dr. José Maria disse que  
33 o Fórum é um espaço permanente de debates sobre o tema em face da atuação dos  
34 Ministérios Públicos e não uma instituição e que a minuta do Regimento Interno a ser  
35 apresentada foi aprovada previamente pelos Ministérios Públicos (Federal, do Trabalho e  
36 Estadual), mas que seria apresentada e submetida à discussão e aprovação da  
37 Assembleia. Com a palavra o Dr. Pedro Serafim disse que o Ministério do Trabalho e  
38 Emprego é membro do Fórum Nacional e dos fóruns estaduais, e que o primeiro surgiu,  
39 inclusive, devido a uma fiscalização do Ministério do Trabalho, que demandou ações  
40 específicas nessa área de uso de agrotóxicos. Em alguns casos, o Fórum Nacional teve  
41 que notificar parceiros que tem a obrigação de agir e não agiram. Quanto à questão dos  
42 recursos financeiros, é importante deixar claro que cada instituição deve arcar com as  
43 despesas inerentes à sua participação. Com a palavra, o Dr. Álvaro Manzano disse que o  
44 Fórum é um local de reunião e articulação. Várias coisas que acontecem com nome de  
45 fórum são na verdade oficinas de trabalho. O de Agrotóxicos é fórum permanente. Ele  
46 acrescentou: “acredito que esse trabalho poderá dar uma economia aos participantes, a  
47 atuação é multidisciplinar e envolve diferentes olhares sobre o tema. Podemos até  
48 economizar custos, fazendo com que não haja duplicidade de despesas nas ações de  
49 campo e operações”. O Senhor Carlos Cesar, da Agência de Defesa Agropecuária –  
50 Adapec, falou em nome do Presidente da Adapec, Humberto Camelo. Segundo ele, “a  
51 Adapec manifestou desde logo o interesse em aderir ao Fórum até porque tem a  
52 obrigação de monitorar e fiscalizar o uso e aplicação de agrotóxicos, conforme a

53 legislação que diz que cabe aos estados e Distrito Federal fiscalizar o uso, comércio e  
54 transporte interno dos agrotóxicos”. O representante da Secretaria de Agricultura e  
55 Pecuária – Seagro, Senhor Wagner Sampaio Palhares Júnior, disse que a Seagro  
56 trabalha com algumas políticas como o manejo integrado de lavouras que contribui para  
57 diminuir o uso de agrotóxicos e também desejava aderir ao Fórum. O Instituto de  
58 Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins, representado na assembleia  
59 pelos servidores Valdivino Fraga de Melo, Delmiro Antunes Alves e Milene de Souza  
60 Magalhães, informou que o órgão trabalha com agroecologia e orgânicos, e tem uma  
61 emenda parlamentar para capacitar 1.250 famílias para atuar na agroecologia, pelo que  
62 formalizaria a sua adesão ao Fórum. A representante da Secretaria da Saúde - Sesau,  
63 Senhora Gisele Akimi Carneiro, disse que a Secretaria vai aderir ao Fórum, especialmente  
64 porque é “nosso dever atuar e nossa obrigação o monitoramento de risco e o Fórum trará  
65 outros parceiros para dar melhor resultado às nossas ações”. Disse que a outra  
66 representante da Sesau seria a Senhora Crislane Maria da Silva Bastos. Chamada as  
67 representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semarh, senhoras  
68 Maria Goreth Rodrigues Braga e Cíntia Barbosa Pires de Azevedo manifestaram o  
69 interesse na adesão. O Instituto Natureza do Tocantins -Naturatins – manifestou seu  
70 interesse em aderir ao Fórum, por meio dos representante presente, o senhor Adaires  
71 Rodrigues Pacheco, da Gerência de Monitoramento e Gestão Ambiental da Diretoria de  
72 Qualidade Ambiental, que afirmou que “o Naturatins adere de imediato porque é uma  
73 questão de atuação do órgão e a equipe precisa instrumentalizar a gestão de agrotóxico  
74 para ajudar no trabalho do Naturatins”. A Delegacia de Meio Ambiente -Dema, o Instituto  
75 de Criminalística da Polícia Civil e o Batalhão Ambiental – BPMA, embora convidados,  
76 estavam ausentes. A Universidade Federal do Tocantins – UFT, aderiu ao Fórum  
77 indicando como representantes a professora Liliana Pena Naval e o acadêmico Fábio  
78 Henrique de Melo Ribeiro. O professor da UFT, Emerson Guarda, também atuará no  
79 suporte ao Fórum. Segundo ele, “a Universidade está montando uma estrutura  
80 laboratorial de análise que irá operar até o final do ano, em princípio em nível acadêmico  
81 e depois prestando serviço”. O representante da Unitins, professor Isac Braz Cunha,  
82 parabenizou a iniciativa do Fórum e afirmou que a “a Unitins tem muito a contribuir,  
83 especialmente com quatro itens – 1) fazendinha agroecológica, para desenvolver  
84 pesquisa e desenvolver atividades agroecológicas; 2) disponibilizar os laboratórios de  
85 água e solo para uma parceria para uso dos mesmos para monitorar o grau de impactos  
86 das atividades do Naturatins; 3) disciplina de agroecologia e 4) Centro de Treinamento de  
87 Capacitação Agropecuária e Centro de Pesquisa Agropecuária”. O Centro Universitário  
88 Luterano de Palmas – Ceulp/Ulbra aderiu ao Fórum e terá como representante a  
89 Professora Conceição Previero. Segundo ela, “a instituição tem um trabalho histórico na  
90 área de agroecologia com o MAB - UHE Lajeado”. Disse ser possível produzir sem  
91 agrotóxicos e que o Fórum vem comungar com essa iniciativa, congregando instituições e  
92 pessoas que trabalham nessa área, que em geral não compartilham dados. Afirmou sentir  
93 a falta dos produtores, verificando a maior presença de entidades públicas, aduzindo que  
94 os produtores devem ser ouvidos porque detêm conhecimento. Dissa ainda que o Ceulp  
95 coordena o Cecov e essas associações dariam paridade à composição. Afirmou estarem  
96 presentes a Associação Água Doce, APA-TO e CIMI, embora não soubesse se outros  
97 haviam sido convidados. Por fim, disse que o Tocantins, representaria por meio dela a  
98 região Norte na comissão de agroecologia do MAPA. O Dr. José Maria disse que é  
99 fundamental a sociedade participar. A Fundação Municipal de Meio Ambiente -FMA,  
100 representada por Caline, disse que vai a FMA vai aderir ao Fórum posteriormente. O  
101 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -CREATO e a Federação dos  
102 Trabalhadores em Agricultura do Estado do Tocantins -Fetaet estavam ausentes. O  
103 Senhor Paulo Rogério Gonçalves, disse que representava o Centro de Direitos Humanos  
104 do Tocantins, como Diretor do Centro e levará esse tópico para a Assembleia da

105 instituição que será realizada no dia seguinte, e que na semana seguinte encaminharia a  
106 documentação de adesão ao Fórum. O Conselho Indigenista Missionário -Cimi/GO/TO,  
107 representado pela Senhora Laudovina Aparecida Pereira, manifestou o interesse em  
108 aderir ao Fórum. Ela afirmou que “esse tema é importante porque os povos indígenas  
109 convivem com agrotóxicos, temem o agrotóxico nos animais, no mel e na alimentação  
110 deles. A grande preocupação é o Matopiba, em que 100% do Tocantins está nesse projeto  
111 do governo federal. Onde vão colocar essas embalagens? O que vai ser da vida da  
112 gente? Disse que seria importante estender o convite para uma comunidade indígena”. O  
113 Dr. José Maria disse que será encaminhado convite posteriormente. Chamadas, a  
114 Coopter, a Ecoterra, a Idara e a Natura Ativa não se manifestaram. Foi informado que a  
115 Gaia enviaria o termo de adesão posteriormente e a Associação Água Doce, representada  
116 pela Senhora Noeli Batista, manifestou seu interesse com a entrega do termo de adesão  
117 dizendo que “a área do Taquaruçu Grande é uma área crítica, está sitiada pela produção  
118 de soja, produtores de hortaliça que precisam de ajuda para saber como produzir sem  
119 agrotóxicos. Existem pessoas interessadas em agroecologia. Temos o maior interesse em  
120 participar desse Fórum”. A representante da Empresa Brasileira de Pesquisa  
121 Agropecuária -Embrapa – Senhora Flávia, explicou que estava representando o Dr. Carlos  
122 Magno, mas que a instituição iria discutir melhor o termo de adesão. A Vigilância do  
123 Município de Palmas, representada pelo Senhor Cláudio Ferreira Flatim, explicou que  
124 estão organizando um seminário e ciclo de palestras sobre o tema e que estão  
125 trabalhando na elaboração do Plano Municipal de Agrotóxicos. Segundo ele, “um  
126 instrumento de trabalho é o Plano Municipal. Queremos trabalhar com todo o público,  
127 agentes de endemia, produtores, desinsetizadores (dedetizadores)”. Segundo Cláudio  
128 Flatim, “o Fórum é um instrumento que vai unir as caixinhas, possibilitar a troca de  
129 experiências, dar informações e receber informações. Caso tenhamos problemas com  
130 agrotóxicos, tudo recai no quadro da saúde, adoeceu chega lá”. Disse que entregará o  
131 termo de adesão na semana que vem. O representante técnico da Apato, Paulo Rogério,  
132 disse que não houve tempo hábil para reunião do Conselho Diretor da entidade sobre a  
133 adesão ao Fórum, mas isso será feito posteriormente, com o respectivo contato com o  
134 Fórum. O Ministério Público do Tocantins se fará presente no Fórum por meio dos seus  
135 órgãos auxiliares, os Centros de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio  
136 Ambiente (Caoma), do Consumidor(Caocon) e dos Direitos Humanos e Cidadania  
137 (Caocid). Cada um desses CAOs tem de alguma forma atuação na área de agrotóxicos,  
138 seus representantes designados são o Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior e  
139 a Promotora de Justiça Márcia Mirelle Stefanello Valente. A representante do Movimento  
140 dos Atingidos por Barragens do Tocantins – MAB, Senhora Érica, explicou que no  
141 município de São Salvador o MAB gerencia uma escola família agrícola. “A gente quer  
142 que a agroecologia crie raízes dentro da escola. O MST e MAB querem participar para  
143 fazer denúncias, papel desses movimentos. Afirmou que o grande desafio desse fórum é  
144 o Matopiba porque envolve grande interesse econômico. A representante da Coordenação  
145 das Comunidades Quilombolas do Tocantins, Senhora Maria Aparecida de Souza,  
146 explicou que a Coordenação congrega 50 entidades no Tocantins. Disse que “as  
147 comunidades agora estão usando agrotóxicos e isso é preocupante”. Ela veio da  
148 Comunidade do Prata no Jalapão. A senhora Regina, da Cooperativa do Produtor Rural,  
149 disse que a Cooperativa tem interesse em participar. Luiz Henrique Michelin, da  
150 Associação dos Engenheiros Agrônomos do Tocantins, disse que a Associação tem  
151 interesse em participar. Enfatizou que sente falta do Ministério da Agricultura, Pecuária e  
152 Abastecimento -MAPA no Fórum. Dr. José Maria disse que irá providenciar o  
153 envolvimento da superintendência estadual no Fórum. O presidente do Fórum Nacional,  
154 Dr. Pedro Serafim, disse estar “feliz pela diversidade e representatividade do Fórum do  
155 Tocantins, o primeiro surgiu com oito e metade não acreditava. Outras instituições vão  
156 pedir assento no Fórum. O Fórum tem a missão de buscar solução. Devem ser

157 respeitadas as divergências, mas ficar como está pode não ser a saída”. Disse que a  
158 missão o Fórum é buscar soluções. Segundo ele, “o Fórum aqui tem que decidir se vai  
159 recepcionar as outras entidades, que tem que ter a cara da solução e não de ficar como  
160 está. Disse que o custo do agrotóxico na saúde é elevado e que outros países tem esse  
161 cálculo, mas o Brasil não possui. Orientou que fosse feita uma análise justa das novas  
162 instituições que vierem a integrar o Fórum. Afirmou haver gostado muito da presença dos  
163 quilombolas no Fórum do Tocantins e que as fronteiras agrícolas matam por inanição.  
164 Afirmou que levaria a preocupação com o Matopiba para o Fórum Nacional. O  
165 representante do Ministério Público Federal, Dr. Álvaro Manzano, considerou relevante a  
166 participação do MPF no Fórum. Ele explicou que participou no ano passado de um evento  
167 sobre o tema em Brasília e quando trabalhava numa portaria de ação civil percebeu que  
168 poderia fazer muito pouco sozinho. Agora teremos condições de trabalhar em conjunto.  
169 Como são ações que fazem parte do meu trabalho, estou bastante feliz em aderir. Criar  
170 uma coisa muito plural serve para o debate, mas o objetivo do Fórum é centrado nas  
171 ações de combate aos impactos dos agrotóxicos, não faz sentido chamar para a mesa  
172 aqueles que serão fiscalizados. Queremos quem está aderindo ao nosso regimento, com  
173 o objetivo de combater o uso de agrotóxico”. Dra. Lilian Dantas, do MPT, disse estar  
174 bastante surpresa com o número de instituições que aderiram ao Fórum. Após a  
175 manifestação de adesão ao Fórum das instituições presentes, Dr. José Maria iniciou a  
176 leitura de artigo por artigo do regimento interno, incorporando as sugestões do presente.  
177 No final o Regimento foi aprovado e segue como anexo desta ATA. O representante do  
178 Ministério do Trabalho e Emprego, José Nilton Soares, solicitou prazo para a entrega dos  
179 termos de adesões das instituições ao Fórum, especialmente porque algumas delas,  
180 presentes na Assembleia de Criação, ainda demandam de tramite interno para  
181 formalizarem a adesão. Os presentes aprovaram, então, prazo de quinze dias para que as  
182 instituições providenciem os termos de adesão para serem consideradas como membros  
183 que fundaram o Fórum. Prazo este que vence dia 2 de abril. Em ato contínuo, o  
184 presidente do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Dr. Pedro  
185 Serafim, pediu a palavra e propôs a escolha do coordenador do Fórum Tocantinense,  
186 conforme artigo 8º do Regimento Interno, recém aprovado, que prevê ser o Fórum  
187 coordenado por integrante do Ministério Público. Os representantes do Ministério Público  
188 Federal e do Trabalho não pleitearam suas candidaturas, ficando eleito como coordenador  
189 do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, o Procurador de  
190 Justiça e coordenador do Caoma, o Dr. José Maria da Silva Júnior. Devido ao adiantado  
191 da hora, ficou acordado que os dois coordenadores adjuntos serão escolhidos na próxima  
192 reunião do Fórum, assim como será analisada a regulamentação das Comissões  
193 Temáticas, criação das mesmas e escolha dos seus integrantes. Também na próxima  
194 reunião será analisada a proposta de Plano de Trabalho para o biênio 2016 e 2017. A  
195 próxima reunião será convocada conforme regimento interno pelo Coordenador do Fórum.  
196 O Dr. Pedro Serafim, coordenador do Fórum Nacional, declarou instalado o Fórum e eleito  
197 seu coordenador. O Dr. José Maria da Silva Júnior, coordenador eleito do Fórum,  
198 agradeceu a presença de todos, parabenizou pela adesão das instituições e abriu a  
199 palavra aos presentes. Em seguida decretou encerrada a Assembleia de Criação do  
200 Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, às 18h30, cuja ATA foi  
201 por mim, Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial especializada do Ministério  
202 Público do Estado, redigida e assinada.